



## **COTIDIANIDADE E MILITÂNCIA DAS MULHERES CAMPONESAS – A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES E A CONQUISTA DE DIREITOS SOCIAIS PARA O CAMPO**

Mailiz Garibotti Lusa<sup>1</sup>

A discussão proposta neste trabalho – qual seja abordar a cotidianidade da mulher camponesa, sua militância no Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina (MMC-SC) e as incidências de ambas na construção de identidades singulares e coletivas – efetiva-se através do debate de algumas categorias teóricas, dentre as quais se preanunciam ‘cotidiano’, ‘identidade’, ‘consciência crítica’ e ‘teleologia’. Junto a estas, encontram-se outros elementos de discussão, que, mesmo não sendo elevados à condição de categorias teóricas, ganham destaque conceitual significativo. São eles: o modo de vida, a militância política, a participação e a organização social.

### *Cotidiano, relações de gênero e a construção da identidade das mulheres camponesas*

O primeiro enlace discursivo tratará sobre a cotidianidade e o modo de vida dos sujeitos, que no caso do objeto aqui trabalhado são as mulheres camponesas de Santa Catarina. A constatação inicial é a de que o modo de vida - construído no cotidiano dos indivíduos - incide em diversas dimensões da vida, conformando o modo de ser dos indivíduos e, por conseguinte, suas identidades. Estas incidências são observadas tanto nas atividades consideradas de ordem prática, quanto naquelas intelectuais, ou sociais, políticas, culturais ou econômicas. Dialeticamente nesse processo também o modo de vida vai sendo construído, criado, ‘re-criado’ e, algumas vezes, perpetuado para além das vidas que o vivenciam através de uma reprodução automática, dificilmente questionada, do cotidiano. Dado que as estruturas da vida camponesa provocam transformações mais lentas e graduais que aquelas do contexto urbano, o processo de reprodução sem contestação dos traços das mulheres e homens rurais ocorre com muito maior efetividade, o que colabora para que as relações sociais sejam cotidianamente reiteradas e reproduzidas enquanto modelos ideais de sociabilidade e de produção e reprodução da vida.

No contexto desta discussão, chama a atenção o reconhecimento sobre existência de identidades. De modo geral, percebe-se que esse processo ocorre no sentido ‘de fora para dentro’ do indivíduo, que é o que se denomina de processo de atribuição de identidades e não de construção

---

<sup>1</sup> Bacharel em Serviço Social pela UFSC. Mestre e doutoranda em Serviço Social pela PUC-SP. Professora Assistente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – Campus Arapiraca.



das mesmas pelos próprios indivíduos. Conforme Martinelli (2008, p.11)<sup>2</sup>, “a identidade atribuída decorre de circuitos externos ao indivíduo, não opera com a totalidade do processo social, é visualizada como dada, pressuposta, pré-estabelecida e se encontra distanciada do processo histórico e esvaziada de substancialidade política”. Esta abordagem sobre a categoria analítica ‘identidade’ entende a existência da mesma como algo anterior a sua construção pelo próprio indivíduo social, sendo que ela lhe é conferida como sendo ‘sua própria identidade’. Logo, é como se fosse colocada uma máscara permanente no indivíduo, que o impossibilita de construir ele mesmo a sua identidade, através das suas relações sociais, políticas e culturais, segundo o contexto e a conjuntura em que vive. Ora, ao considerar que as identidades são construções sócio-históricas, que acontecem no próprio movimento da vida cotidiana, através das relações e do jogo de forças no campo social, político, econômico e cultural (MARTINELLI, 2008), não é possível admitir que as identidades de homens e mulheres sejam conferidas, até mesmo impostas, segundo padrões ou modelos da sociedade. Além disso, há que se notar que essas identidades atribuídas são forjadas para que contribuam à plena expansão do capital, o que possibilita indicar que também através das identidades atribuídas o capital manipula a sociedade.

É possível observar que na divisão sexual do trabalho, determinada segundo os padrões da cultura patriarcal capitalista, evidencia-se a existência de uma identidade atribuída às mulheres, indicando a subalternidade feminina na agricultura familiar, sendo esse um dos aspectos que conformam o modo de vida naquele contexto, já que perpassa desde a divisão sexual do trabalho, a divisão das responsabilidades na propriedade e na vida familiar e a divisão das tarefas; responsabilidades e funções na vida pública e social das localidades rurais. Como consequência, há uma interferência direta nas formas de sociabilidade e na própria subjetividade das mulheres camponesas. Assim, pode-se notar na identidade (atribuída) das mulheres camponesas a existência de uma tripla subalternidade: ser mulher, ser trabalhadora rural, ser invisível na sociedade de forma geral. Entender esse processo possibilita notar que as identidades individuais dessas mulheres, bem como a identidade coletiva que constroem no movimento, já superaram vários aspectos dessa identidade subalterna atribuída e é essa ocorrência que acaba construindo, inclusive, a identidade do movimento na atualidade. Ao afirmar isso, considera-se que as identidades são permanências, mas também são transformações, visto que esse é o movimento dialético que as constitui.

---

<sup>2</sup> MARTINELLI, Maria Lúcia. *A pergunta pela identidade profissional do Serviço Social: uma matriz de análise* [Texto de apoio didático]. São Paulo: PUC-SP, 2008, Mimeo.



A superação desta situação de subalternidade das camponesas, adentra na imprescindibilidade da modificação das relações de gênero. Tal transformação deve ser tomada como um processo social gradual, que pode ser potencializado através de ações emancipatórias, as quais somente são possíveis a partir da construção de uma consciência crítica, politizada e histórica, que considere todos os elementos da cotidianidade, reconhecendo neles o meio e os instrumentos de mudança.

*Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina – A construção da identidade desde o seu surgimento*

Brasil, final da década de 70' e início de 80', período de transição do regime militar e ditatorial para o civil e democrático. É o momento de efervescência dos movimentos sociais. Na cidade e no campo é época de reflexão crítica acerca da realidade do país, de mobilização e participação popular para a defesa da liberdade política e para conquista de novos direitos sociais.

A realidade é também constituída de uma assoladora crise financeira e fiscal em todo o país e continente. No campo, acrescenta-se ainda o contexto de concentração de terras, de políticas de defesa dos latifúndios, do capital internacional e das agroindústrias, além de um assustador empobrecimento do trabalhador rural que gera um movimento de migração para as cidades, nunca observado antes em tamanha proporção. Segundo Tavares (1992, p.09)<sup>3</sup>,

O descanso da terra é coisa do passado e agora a palavra chave é mais produtividade. De novo, só os grandes proprietários são privilegiados. As culturas de exportação têm todas as prioridades. A terra valoriza mais ainda e ao agricultor sem posses resta amargar a cidade grande. Entre os anos 70 e 80 mais de 16 milhões de pessoas saíram do campo.

Mas este é também um período de 'resistência camponesa'. E tal como aconteceu na época de Canudos e do Contestado, grupos de camponeses começam a se organizar e se mobilizar na luta por terra e por direitos sociais. Iniciam-se as ocupações de terra, que posteriormente levam ao surgimento do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST. "Neste tempo, junto com as ocupações, os pequenos produtores lutam pela conquista dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais que estavam nas mãos de dirigentes comprometidos com o governo, os chamados pelegos" (TAVARES, 1992, p.15).

As mulheres começam a participar das mobilizações sociais e a reivindicar direitos de igualdade em relação aos homens, e de participação política. Parafraseando Tavares (1992), pode-se

---

<sup>3</sup> TAVARES, Elaine. *A luta das mulheres agricultoras em Santa Catarina*. Florianópolis: Gab. Dep. Fed. Luci Choinaski / MMA-SC, 1992.



afirmar que no mundo rural, ‘as agricultoras vão à luta’, Segundo a autora (1992, p.19), “a falência do campo faz a mulher partir para a luta concreta, num campo até então masculino”, referindo-se à participação sindical e à criação de um movimento social autônomo, o Movimento de Mulheres Agricultoras - MMA. Algumas características que perpassam a história deste movimento, conformando sua identidade, já aparecem desde este momento: a capacitação política crítica das militantes; a organização a partir de grupos de base; a mobilização e manifestação em torno de datas significativas para as mulheres e para o mundo rural; o reconhecimento e a valorização da profissão; as falas denunciando a realidade rural excludente e as lutas reivindicatórias de direitos sociais. Enfim, uma identidade em consonância com a militância engajada na luta pelo acesso aos direitos, pela valorização da mulher e do homem camponeses, pela igualdade social e pela transformação societária.

Numa entrevista<sup>4</sup> concedida à socióloga rural Maria Ignez Paulilo, uma das lideranças do Movimento no Brasil, Dona Adélia Schmitz, aponta como pontos fortes da identidade do Movimento o reconhecimento de que são mulheres camponesas e trabalhadoras, a forte atuação no âmbito da militância política e social, bem como a construção – leia-se também como ‘defesa’ - de uma pauta reivindicatória, levantada como bandeira de luta em todos os espaços públicos onde o movimento está presente. Estas características, desde o período de surgimento do Movimento, caracterizaram-no e foram lhe imprimindo uma identidade genérica (coletiva) enquanto movimento e uma identidade particular, enquanto sujeitos individuais (particular). Desta forma, “[...] as estratégias de luta, de mobilização e as conquistas daquela década passam a lhes conferir repercussão social - inclusive nos meios de comunicação social - enquanto movimento social feminista e camponês” (LUSA, 2009, p.236)<sup>5</sup>.

#### *Os aportes teóricos para o reconhecimento das ‘identidades’ presentes no MMC/SC*

Na obra de Marx & Engels, a ‘A ideologia Alemã’, escrita entre 1845 e 1846<sup>6</sup>, figura uma observação acerca do rural e do urbano que fornece o norte para o olhar aqui pretendido. Ao tratar sobre a divisão social do trabalho e a divisão entre o campo e a cidade, nota-se o indicativo de que todas as atividades humanas - e o próprio homem em si - encontram-se a serviço dos interesses do

<sup>4</sup> Entrevista publicada na *Revista Estudos Feministas*, maio-agosto/2007, sob autoria de Paulilo e Silva. A referência completa no item ‘referências’.

<sup>5</sup> LUSA, Mailiz Garibotti. *Do chão do cotidiano, o protagonismo do Movimento de Mulheres Camponesas em Terras Catarinas - Uma trajetória de lutas, construindo identidade e conquistando autonomia*. [2009]. 305 fl. Mestrado em Serviço Social. PUC-SP, São Paulo.

<sup>6</sup> A edição acessada data de 1984, da Editora Moraes. Ver referência completa ao final do estudo.



capital, de sua produção e acumulação e não dos homens. A partir da divisão social do trabalho o mundo passa a ser dividido em duas partes: uma destinada a subserviência e a outra a dominação. Assim estariam ‘campo’ e ‘cidade’, ambos passam a serem tratados como dois lados opostos (subserviência e dominação) da - mesma - vida em sociedade.

Segundo estes pensadores, a divisão do trabalho colabora para a separação do trabalho industrial e comercial daquele agrícola. Além disto, com a separação entre campo e cidade, manifesta-se mais acentuada a oposição de interesses entre ambos os espaços da sociedade (MARX & ENGELS, 1984). Assim, a agricultura familiar quanto mais se aproxima da ‘subsistência’ – conceito também relacionado à autonomia - mais se opõe aos interesses do capital, e, portanto, produz enfrentamentos quanto às formas alternativas de produção, à reprodução e à organização da vida social. Surge, já aí, características de um modo de vida.

Neste sentido, os autores, ao tratarem sobre as ‘premissas da concepção materialista da história’, afirmam a imprescindibilidade de indivíduos reais, indivíduos humanos vivos; de suas ações; e das condições materiais de vida (MARX & ENGELS, 1984). Assim, é importante perceber que a organização física do ser humano e a relação com o restante da natureza são elementos que condicionam a forma de produzir os seus meios de vida. Esta é, na concepção materialista da história, o que os distingue dos demais animais, o que faz com que eles produzam a sua própria vida material e que passa a exprimir o seu ‘modo de vida’. É a partir da expressão do modo de vida destes sujeitos em sua cotidianidade, que se constroem suas bases identitárias.

Considerar esta questão exige refletir sobre a existência de um ‘modelo cerceador do indivíduo’ e ‘autonomizador do mercado’, em contraposição a possibilidade de desenvolver a consciência identitária e a autonomia dos sujeitos. Segundo a última perspectiva, é possível desfrutar da liberdade de consciência, porém esta deve ser construída como um processo que tem seu ponto de partida ‘o real da vida cotidiana’. Note que

A Produção das idéias, representações, da consciência está, em princípio, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. [...] A consciência nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo real de vida. [...] Não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou se representam, e também não dos homens narrados, pensados, imaginados, representados, para aí se chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos, e com base no seu processo real de vida apresenta-se também os seus reflexos e ecos ideológicos deste processo de vida. (MARX & ENGELS, 1984, p.22)<sup>7</sup>

Logo, reconhece-se nessa afirmação dos pensadores, que é o ‘chão cotidiano’ que fornece os fundamentos para a existência da consciência. É a partir ‘da’ e ‘na’ cotidianidade que os indivíduos

---

<sup>7</sup> MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Teses sobre Feuerbach. 1º Capítulo. São Paulo: Ed. Moraes, 1984.



constroem a ‘consciência de si’ e dos processos em que estão envolvidos. Por conseguinte, é impossível falar de consciência, sem tomar ‘a vida’ como seu fundamento ontológico. Assim, nota-se que da cotidianidade emerge a consciência, sendo possível a partir desta a construção da identidade social de homens e mulheres, sujeitos singulares e coletivos.

Outra autora aponta que “ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade. E, ao contrário, não há nenhum homem, por mais ‘insubstancial’ que seja, que viva tão somente na cotidianidade, embora essa o absorva preponderantemente (HELLER, 1989, p.17)<sup>8</sup>.

Percebem-se nesta afirmação dois elementos importantes para a reflexão. Um deles trata da relação entre a vivência da cotidianidade - na especificidade da vida de cada indivíduo - e a direta ligação desta dimensão da vida com a construção do ser humano-genérico existente em todos os sujeitos. Ora, o que chama atenção na afirmação da autora, é que na cotidianidade das mulheres camponesas vai sendo construído uma identidade que comporta tanto as especificidades, quanto a genericidade contida no ‘gênero’ humano. É nesse trânsito entre o particular e o genérico que a identidade vai sendo forjada. O segundo elemento refere-se à intensidade que representa a dimensão cotidiana na conformação da vida dos indivíduos. A partir dela, mulheres e homens vão se descobrindo e se construindo enquanto sujeitos sociais. Heller (1989, p.18, grifos no original) considera que “[...] o homem já nasce inserido em sua cotidianidade. Seu amadurecimento significa, em qualquer sociedade, que o indivíduo adquire todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana [...]. É adulto quem é capaz de viver por si mesmo a sua cotidianidade”.

Entretanto, para atingir a maturidade o homem deve aprender primeiramente a manipulação das coisas e, aprendendo isto, significa que já assimilou também as próprias relações sociais. Assim, nota-se que há uma relação explícita entre a sociabilidade dos indivíduos e a cotidianidade, visto que a sociabilidade do homem - enquanto necessidade ontológica - vai sendo suprida na cotidianidade através da inserção de mulheres e homens em grupos, desde o nível primário até o nível societário mais amplo, tal como a inserção de classe social. Portanto, é no grupo que os elementos da cotidianidade são apreendidos.

Há de se considerar ainda que o indivíduo é sempre, ao mesmo tempo, um ser particular e um ser genérico. É particular, não somente no sentido de um ser ‘isolado’, mas no sentido de que todos detêm uma individualidade. É neste âmbito de sua particularidade social que se manifestam suas necessidades e suas expressões para, depois, serem levadas à coletividade. Como diz Heller

---

<sup>8</sup> HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. 3.ed. Trad.: Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.



(1989, p.20), “a unicidade e irrepitibilidade são, nesse ponto, fatos ontológicos fundamentais”. Logo, é notória a relação dialética existente entre o particular-singular e o genérico-coletivo na constituição da humanidade e da identidade dos indivíduos sociais.

Nesta concepção, é fundamental a compreensão do processo de sociabilidade do indivíduo, enquanto condição *sine qua non* para sua existência. A dialética entre particularidade e genericidade da humanidade é vivida na cotidianidade em forma de unidade, que não atinge diretamente o nível de consciência, mas que vai ocorrendo e sendo significada pelos sujeitos, na medida em que estes assumem e exercem funções na vida cotidiana. No entanto, esta dialética não ocorre de forma harmoniosa, outrossim é tensionada ‘mudamente’. Com esta tensão “aumentam as possibilidades da particularidade submeter a si o humano-genérico e de colocar as necessidades e interesses da integração social a serviço dos afetos, desejos e do egoísmo do indivíduo. Isso suscitou a ética como uma necessidade da comunidade social” (HELLER, 1989, p.23)

Este debate possibilita perceber que a reprodução dos ‘papéis de gênero’ acontecem espontaneamente, embora tenham a impregnação da moralidade é forte. Ora, quando assim ocorre, significa que as relações já foram abstraídas do nível de questionamentos e liberdade, encontrando-se num patamar que não possibilita autonomia.

Reportando-se ao cotidiano das mulheres camponesas, sem fazer alusão a sua participação ou não junto ao Movimento de Mulheres Camponesas, o quadro encontrado de modo predominante no contexto rural, não permite afirmar que as escolhas são feitas de modo consciente e baseadas em possibilidades. Pelo contrário, parecem sobressair decisões determinadas pelos ‘moralismos’ tratados pela autora. Heller (1989, p.27) aponta que a vida cotidiana requer o desenvolvimento de várias habilidades em diversas direções e que nenhuma é solicitada com intensidade especial. Neste sentido, remete à expressão de Lukács<sup>9</sup> de que “é o homem inteiro que intervém na cotidianidade”.

Nesta realidade – das mulheres trabalhadoras camponesas de Santa Catarina - ainda não houve avanços significativos quanto à compreensão das relações sociais igualitárias - não somente aquelas de gênero - que possibilitassem progressos em relação à construção de outras crenças voltadas para a realização humana, num âmbito coletivo (mulheres e homens) e não parcial (homens). Já a outra realidade referida, remete ao próprio Movimento de Mulheres Camponesas que, ao construir princípios e objetivos coletivos, deposita-os como uma espécie de ‘crença’ (fé ou confiança) que deve ser perseguida na individualidade de cada militante e na coletividade das lutas

---

<sup>9</sup> LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: *Cadernos do NEAM*. Ontologia social, formação profissional e política. N.1. São Paulo: Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista, PEPGSS-PUC-SP, 1997.



do Movimento. Neste contexto, a relação que se põe é a da construção de um horizonte utópico coletivo, que motiva e direciona a coletividade imprimindo-lhe identidade ideológica, que configura seu espaço e lugar na cotidianidade e, a partir dessa, a configuração seu direcionamento de lutas. Assim, afirma Heller (1989, p.33, Grifos no original),

É indiscutível que uma ação correspondente aos interesses de uma classe ou camada pode se elevar ao plano da práxis, mas nesses casos superará o da cotidianidade; a teoria da cotidianidade, nesses casos, converte-se em *ideologia*, a qual assume certa independência relativa diante da práxis cotidiana, ganha vida própria e, conseqüentemente, coloca-se em relação primordial não com a atividade cotidiana, mas com a práxis.

Note-se, aí, que já se está tratando de ações, que dizem respeito à transformação, que estão imbuídas de significados políticos para a vida e cotidianidade dos indivíduos e, por isso mesmo, podem ser consideradas como 'práxis'. Conforme o pensamento de Heller (1989), em circunstâncias sociais de ausência de uma ideologia coletiva crítica, onde o indivíduo particular encontra-se isolado em seu cotidiano, vivendo apenas na e para a reprodução de padrões - automatismos - são maiores as possibilidades de existência de alienação. Enquanto que, em circunstâncias sociais onde há compreensão sobre os avanços para o desenvolvimento produzidos pelo homem e, em decorrência há incidência de uma dinâmica que reclama a distribuição igualitária destes avanços, é menor a probabilidade de alienação e maior as possibilidades efetivação da práxis.

Portanto, diante do objeto deste estudo, reconhece-se que o Movimento de Mulheres Camponesas orienta-se na direção de provocar que as mulheres trabalhadoras do campo avancem do primeiro patamar para o segundo, liberando-as da alienação da vida cotidiana, sem, contudo, retirá-las da própria cotidianidade. A formação política é peça-chave para isso e acontece desde o nível local, nos encontros dos grupos de bases, através do estudo das cartilhas desenvolvidas pelo próprio movimento, mas também no estudo de outros materiais disponíveis no âmbito dos movimentos sociais e da sociedade em geral. Além disso, são promovidos espaços específicos de formação, como cursos, encontros, congressos e semanas de estudo, os quais ocorrem em diversos níveis organizativos do movimento, sem deixar de considerar a formação política que acontece quando da organização, preparação e efetivação de manifestações sociais.

O aspecto da formação política e crítica do MMC, enquanto elemento que imprime identidade ao Movimento, também acaba propiciando situação favorável para o surgimento de outros aspectos identitários, como a sua 'autonomia' enquanto movimento social. E isso, não casualmente, guarda nexos com a promoção da autonomia de cada mulher camponesa integrante do Movimento. Portanto, o que ocorre é que essa característica do próprio movimento colabora na construção das identidades particulares dos indivíduos que compõem a sua coletividade. Embora



não se possa afirmar que isso ocorra para todos os aspectos da identidade do MMC, há que se dizer que pode ser observado em vários deles<sup>10</sup>.

Por último, deseja-se refletir sobre a existência de uma ‘teleologia coletiva’ como característica identitária do MMC/SC. Lukács (1997, p.28) é quem confere a pista para a resposta, ao indicar que “todo evento social decorre de posições teleológicas individuais”. Logo, a existência do próprio movimento, bem como sua organização e atividades tiveram como origem a projeção - em princípio individual e logo após coletiva - se suas ações. O filósofo ainda explicita mais a ocorrência da projeção, ao afirmar que “a gênese teleológica tem naturalmente importância em todos os processos sociais” (LUKÁCS, 1997, p.28). Entretanto, quanto mais amplos forem os processos sociais - como ele os denomina - menores são as possibilidades de que a teleologia se torne real. Neste sentido, mesmo reconhecendo a dificuldade de concretização de uma teleologia tornada ‘coletiva’, não se retira a sua importância enquanto um processo que, sendo socializado, impulsiona ações coletivas.

Essa teleologia - na compreensão elaborada até o momento - está representada nos princípios do movimento, em seus objetivos e bandeiras de lutas, mas principalmente na sua “mística revolucionária”, assumida e defendida pelas integrantes como elemento forte da identidade coletiva e importante para a renovação cotidiana dos esforços empreendidos para atingir o ‘horizonte utópico’. Esta ‘mística revolucionária - teleologia coletiva - existe enquanto subjetividade socializada e compartilhada e se associa aos processos reais de lutas, protestos e negociações, na direção de conquistar a concretude dos direitos sociais no campo. Portanto, confirmar sua importância é imprescindível para impulsionar as reflexões, discussões e ações coletivas do Movimento.

#### *Dos fios ‘das identidades’, a relação com o Serviço Social*

Considerando que a identidade construída pelo Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina tem como elementos centrais a mobilização e a manifestação em torno de datas significativas para as mulheres e para o mundo rural; o reconhecimento e a valorização da profissão; as falas denunciadoras da realidade rural excludente e as lutas reivindicatórias por direitos sociais para o campo, nota-se a importância dos processos sociais e políticos, de organização e

---

<sup>10</sup> A questão da implicação entre identidades particulares e identidade coletiva também requer maior discussão que poderá ser desenvolvida numa investigação posterior. Desde já, reconhece-se a existência de indicativos de que o debate sobre o ‘particular-genérico’ é uma das vias para seu enfrentamento. Entretanto, a questão que requer rigoroso cuidado teórico.



mobilização, característicos da maioria dos grupos e movimentos sociais. Especificamente no caso do MMC/SC, este processo reveste-se de importância, visto que se considera seu caráter feminista e de gênero, classista (trabalhadores) e camponês e seu perfil revolucionário.

Ponderando ainda o fato de o MMC assumir-se como ‘movimento autônomo, democrático e popular’, torna-se indiscutível o reconhecimento de que é no cotidiano de cada integrante que o Movimento se organiza, manifesta, trava suas lutas e vive com efetividade os direitos conquistados. Reside nestas considerações o reconhecimento de que há nesse processo social pressupostos para a atuação do Serviço Social no acompanhamento e assessoramento do Movimento e de suas lutas.

Sendo o Serviço Social uma profissão que assume a opção por um projeto de sociedade em que “se propicie aos trabalhadores um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação” (CFESS, 1993, p.03)<sup>11</sup>, cabe o reconhecimento, a valorização e o acompanhamento dos processos de mobilização e lutas políticas e sociais travadas, principalmente, pela classe trabalhadora. Considerando também que é neste ‘projeto social’ que se conecta o projeto profissional do Serviço Social, pensado a partir de uma visão crítica, fundamentada teoricamente e segundo as derivações ético-políticas do agir profissional (CFESS, 1993), cumpre indicar o compromisso da categoria profissional com a população usuária, com os grupos e movimentos sociais que assumem em seu cotidiano a luta pela ampliação e efetivação dos direitos, pela eliminação de todas as formas de discriminação e preconceitos, o posicionamento em favor da igualdade e da justiça social, entre outros compromissos. Sendo este compromisso público, assumido desde 1993 pela categoria profissional através do Conselho Federal de Serviço Social, não há motivos que justifiquem o não reconhecimento das mobilizações e lutas sociais da classe trabalhadora, das mulheres e dos camponeses, bem como o não reconhecimento dos processos políticos em vigência no campo enquanto espaços de atuação profissional dos Assistentes Sociais.

Portanto, torna-se urgente voltar o olhar profissional para este espaço. Nele, para além das mulheres trabalhadoras e camponesas, o Serviço Social encontrará cidadãos com ímpeto de luta e voltados para a construção de outra ordem societária, já expressa nos princípios fundamentais da profissão.

---

<sup>11</sup> BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). *Código de Ética Profissional do Assistente Social*. Resolução CFESS N. 273/1993. Brasília: CFESS, 1993.